



Entrevista exclusiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal Valor Econômico

Palácio do Planalto, 20 de junho de 2007

Jornalista: Eu vou começar, então, Presidente, perguntando o seguinte: o senhor entra em 2003 e enfrenta um período duro para reestabilizar a economia. Chega a 2007 com uma inflação praticamente no chão. Minha pergunta é a seguinte, Presidente: olhando para a frente e vendo que tem uma meta a ser decidida agora, a tendência do senhor é estabilizar a inflação em 4,5% ou reduzir a meta?

Presidente: Eu penso que na hora em que o Conselho Monetário se reunir para discutir as metas da inflação, eles vão ter que analisar o sacrifício que nós fizemos no primeiro mandato para consolidar a inflação entre 4,5%, 3,5%, porque nós criamos uma banda, dois para mais e dois para menos, para dar uma certa flexibilidade. Vocês, do jornal Valor, são testemunhas do sacrifício que nós fizemos em 2003. Depois, vocês são testemunhas do novo sacrifício que voltamos a fazer em 2005, porque a inflação dava sinais de retorno e fomos obrigados a, outra vez, arrochar. E agora, nós estamos vivendo um momento, eu diria, de muita tranqüilidade nesse setor. Obviamente que nós sempre precisamos ficar de olho nos preços administrados que, muitas vezes, têm impacto muito forte na inflação, mas eu penso que nós não deveremos fazer mais sacrifício, reduzindo a meta. Eu penso que seria de bom tamanho – e essa é uma opinião muito pessoal – que a gente refletisse bem se precisa reduzir para 3%. Nós já fizemos um sacrifício para 4,5% e foi muito duro. Eu acho que a inflação de 4%, 3,5% no Brasil é uma inflação a que nós não estávamos habituados. Portanto, é uma inflação saudável e eu gostaria que a gente pensasse, politicamente, que nós não temos mais o direito de fazer um



novo arrocho.

Agora, sabendo tudo isso, sabendo que o que importa na economia é a seriedade com que a gente passa para a sociedade os nossos atos. Eu sempre disse que não tem mágica nessas coisas, ou seja, se você passar aos interlocutores sociais a idéia de que não vai ter a mágica de todo dia você anunciar um pacote, você dá tranquilidade, as pessoas vão se acostumando a ganhar mais, por conta de um aumento de unidades vendidas e não por conta de aumento de preços.

Ao mesmo tempo, eu acho importante a gente sempre utilizar as importações como uma espécie de porta que você abre quando precisa controlar determinados preços e fecha quando precisa resolver problemas de desenvolvimento industrial.

Eu estou muito satisfeito com a inflação do jeito que está, acho que valeu a pena fazer o sacrifício. Eu sei que tem alguns setores que não gostam, mas a verdade é que a grande maioria do povo brasileiro foi o grande ganhador desse acerto da política que nós fizemos. Eu estou convencido de que nós entramos, agora, num ciclo duradouro de crescimento sustentável. Estou convencido disso porque toda a situação e o horizonte internacional me fazem crer que, finalmente, o Brasil encontrou o caminho a ser seguido de forma definitiva. O que acontecia antes? Antes, você não combinava nunca a questão do crescimento das exportações com o crescimento de importação, ou seja, os dois eram sempre inimigos. É importante que a balança comercial cresça, mas você não precisa ter uma balança comercial sempre com uma vantagem imensa, como nós estamos vendo. Então, você precisa crescer um pouco as importações.

Depois, crescer o mercado interno, porque um dos grandes momentos que estamos vivendo é que o mercado interno está ficando vigoroso. É só você analisar que nós saímos de 300 bilhões de crédito para quase 800 bilhões de crédito. Eu me lembro de que quando nós fomos discutir o crédito consignado,



muita gente falava “não vai dar certo, as pessoas não vão pagar”. Como não vão pagar? Nós estamos dando o holerite das pessoas em garantia. O crédito consignado é um sucesso extraordinário.

Então, eu acho que nós precisamos ter em conta o seguinte: a economia está bem, está de forma muito sustentável para que a gente possa apostar nesse sucesso, e nós não temos que fazer nenhuma mudança desnecessária.

Jornalista: Presidente, em algum momento do ano passado, o senhor passou a dizer, nos seus pronunciamentos, que o Brasil já tinha feito um grande sacrifício para a estabilização e, a partir daquele momento, a interpretação que nós fizemos era que o resto do ajuste fiscal que ainda se fazia necessário viria pelo crescimento e não mais por um torniquete nos gastos públicos. O que aconteceu? O que o senhor visualizou naquele momento, que o convenceu de que o crescimento faria, agora, essa parte? O senhor considera que não há mais nada a fazer, em termos de melhorar a qualidade dos gastos públicos?

Presidente: Há muito para fazer ainda. Administrar um país é mais ou menos como administrar a casa da gente, ou seja, a gente aumenta o gasto quando pode e diminui quando é necessário diminuir. Nós trabalhamos muito para diminuir os gastos do Estado brasileiro, sempre levando em conta que você não pode jogar em cima dos assalariados do governo a responsabilidade de fazer a economia de que o Estado precisa. Nós já determinamos ao ministro do Planejamento que articule estudos para que a gente possa viabilizar uma política de análise, Ministério por Ministério, para saber onde a gente pode fazer contenção de despesas.

Só queria lembrar a você que quando eu falo que o crescimento resolve parte do problema, é porque em casa que não tem pão todo mundo briga e ninguém tem razão. Eu dizia esses dias o seguinte: quando você fica vendo as discussões, lendo e ouvindo, você vê, de um lado, todo mundo mais liberal,



acha que a gente vai resolver o problema da humanidade dando um arrocho na Previdência Social; do outro lado, você tem os setores da esquerda que acham que tudo será resolvido quando você baixar a taxa de juros. E, na minha opinião, pela prática de quatro anos e meio, nem um nem outro. Primeiro, porque não tem reforma da Previdência que você faça que não seja uma sangria política em qualquer país do mundo.

O que nós precisamos fazer? Nós temos consciência de que a sociedade brasileira está ficando mais velha. Nós temos consciência de que ela está vivendo mais, e isso é ótimo para a vida humana. Isso precisa e necessita de um ajuste na Previdência Social, por isso constituímos um grupo de trabalho para pensar e apresentar uma política de uma nova Previdência Social. Ela pode ser pensada para uma nova geração, não tem problema. O problema é que a gente mostre a todo o País e ao mundo que, a longo prazo, nós vamos ter uma Previdência mais sustentada, uma Previdência que não seja tão deficitária, uma Previdência que cumpra as suas funções e, ao mesmo tempo, resolva o problema da tranquilidade daqueles que pagaram a Previdência.

Jornalista: A comissão termina o trabalho em agosto?

Presidente: Termina o trabalho em agosto, aí nós vamos ver o resultado dessa comissão, vamos ver se transformamos isso em projeto de lei, vamos ver se fazemos mais um pouco de debate. E por que eu quero fazer tantos quantos debates forem necessários? Porque eu já vi, já acompanhei, como dirigente sindical, como deputado, que toda vez em que você tenta fazer uma reforma de forma atabalhoada, o Executivo pensa a reforma e manda para o Congresso Nacional, ela não acontece, simplesmente não acontece. Então, eu não quero que seja uma proposta de reforma do presidente da República ou do governo, eu quero que seja uma proposta de reforma compreendida pela sociedade.

O trabalhador que está trabalhando hoje tem que saber que não vai



perder o direito dele, mas tem que saber que necessariamente a qualidade de vida dos seus filhos, daqui a 15 ou 20 anos, será tão boa que o filho dele não vai precisar se aposentar com a mesma idade que ele. Se nós fizermos a sociedade compreender isso... Nós temos conversado muito com os trabalhadores, com os sindicatos, com os empresários, que a gente pode ter uma reforma na Previdência, que vai ter um debate no Congresso Nacional, mas que ela será votada porque é um consenso.

Jornalista: No seu mandato?

Presidente: Eu espero que seja, da mesma forma que eu espero que seja a reforma trabalhista. Eu sei que falar nessas coisas é sempre muito complicado.

Jornalista: O senhor não abandonou a reforma trabalhista?

Presidente: Não, não abandonei. Veja, qual é o problema? O problema é que nós tivemos um fórum e constituímos a política de reforma da estrutura sindical brasileira. Ela foi aprovada na comissão, nós mandamos para o Congresso Nacional e dentro do Congresso Nacional – e não poderia deixar de ser diferente – o debate volta praticamente à estaca zero, porque cada deputado se sente um entendedor do assunto, o que é normal também, cada um representa um segmento da sociedade e está lá no debate.

A reforma trabalhista, tenho dito aos dirigentes sindicais e disse ainda esta semana, num encontro dos metalúrgicos da CUT, na semana passada, que é preciso a gente parar de ter medo de reforma. O que a gente precisa é construí-la de forma a permitir que a gente não penalize o Estado, que a gente não penalize o setor produtivo e que a gente não penalize os trabalhadores, aqueles que são os beneficiários.

Mas nós temos que pensar que o avanço tecnológico, a reestruturação



produtiva que aconteceu no mundo, nós não precisamos continuar com a mesma legislação de 1943, é preciso acompanhar, e eu compreendo. Esse debate eu fiz muito quando era dirigente sindical: você tem, de um lado, um grupo de empresários que acha que você tem que pegar a CLT, rasgar e começar tudo do zero; do outro lado, você tem alguns trabalhadores que acham que tem que manter a CLT como está. Se os dois ficarem pensando assim, não tem reforma trabalhista. Você nem pode jogar fora e você nem pode mantê-la tal como está. É preciso que você adentre no mundo do trabalho hoje, veja qual é a realidade do trabalho. Com a inovação tecnológica, com tudo que aconteceu no sistema produtivo mundial, nós estamos cada vez mais tendo empresas com menos trabalhadores e cada vez mais sofisticadas.

Quando eu entro numa indústria automobilística, eu me lembro do meu tempo de dirigente sindical, a quantidade de trabalhadores que tinha, e eu vejo a quantidade que tem hoje, que produz o dobro do que se produzia naquela época. Então, nós temos que ter o seguinte pensamento, e eu digo isso para os dirigentes sindicais: é importante que a gente represente os que estão trabalhando, mas é importante que a gente represente também aqueles que estão na economia informal e querem adentrar no mercado de trabalho formal. E aí é preciso criar condições. Onde é que nós demos um passo extraordinário, que eu espero que resolva parte dos problemas? Foi na aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Porque a Lei Geral, que vai entrar em vigor agora, a partir de 1º de julho, determina que a contribuição seja menor do que a que tem hoje. Então, como ela vai entrar em vigor agora e, por exemplo, o empresário não vai ter que pagar mais 20%, vai pagar, me parece que, em média, 11%, eu estou convencido de que uma parte do problema nós já estamos resolvendo sem fazer a reforma trabalhista. Mas eu quero convencer os dirigentes sindicais de que esse debate é saudável e necessário para o Brasil.



Depois, a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista e a Reforma Tributária, que é outra coisa que todo mundo fala, que todo mundo coloca no programa de candidato, mas quando chega no Congresso Nacional não acontece. Você vê, os governadores, todo mundo fica de acordo, e quando chega no Congresso, o desacordo aparece.

Jornalista: A Reforma Tributária no governo começa com o seguinte mandato: “não posso perder receita”. Aí fica impossível fazer reforma. Porque se o problema é o peso da carga como é que eu começo...

Presidente: Veja, deixe eu te contar, o governo não só pode perder receita, como o governo até agora já abriu mão de 30 bilhões de reais em política de desoneração, que é o acumulado das desonerações que nós fizemos.

Eu sou daqueles que mantém o discurso desde o tempo em que eu era dirigente sindical. Na minha opinião, a redução de tributos não diminui a receita, ela pode diminuir temporariamente, mas, no fundo, no fundo, ela vai aumentar a arrecadação. Por quê? Porque aumenta a base de contribuintes. Uma das razões pelas quais as pessoas sonégam no Brasil é porque, muitas vezes, as pessoas não podem pagar mesmo, sobretudo se você analisar os pequenos. Agora, na medida em que você estabelece uma política – e eu espero que agora a gente consiga, porque agora parece que a coisa está muito mais harmônica, parece que o Ministério da Fazenda, junto com os governadores, junto com os empresários, junto com o Congresso Nacional estão se colocando de acordo – eu espero que a gente faça uma política tributária que diminua a carga tributária e, ao mesmo tempo, ao longo do tempo, aumente a arrecadação.

Eu tenho, na minha cabeça, uma coisa muito séria. Nós diminuimos o material de construção civil, foram 32 produtos que nós diminuimos, e não diminuiu a arrecadação. Eu me lembro, em 92, quando nós fizemos a câmara



setorial, lá em São Bernardo do Campo, que na discussão com o governador Mário Covas, eles falavam que não queriam reduzir o imposto porque iria dar prejuízo. O que aconteceu? Aumentou a arrecadação. Agora, isso é fácil para mim, para o presidente da República pensar, mas convencer o pessoal da Receita já é mais difícil, convencer as pessoas que estão no Tesouro é sempre mais difícil, e é assim. Se você um dia montar uma entidade, se você escolher alguém para ser tesoureiro, pode ficar certo que aquele tesoureiro, que antes era gastador, que antes achava que podia fazer tudo, vai tentar sentar em cima do dinheiro e vai tentar mostrar para você, todo final de ano, que ele economizou. Então, eu acho que é importante que o Tesouro tenha essa visão. Obviamente que nós não podemos perder receita por perder. É preciso que, cada vez que a gente diminua, a gente tenha consciência de que quer aumentar a base de contribuintes. Eu acho que quando nós chegarmos num tributo certo, nós vamos ter menos sonegação, menos evasão e vamos poder, então, dotar o País de uma política muito mais competitiva com os nossos parceiros internacionais.

Jornalista: Presidente, para reduzir a carga tributária não seria necessário, primeiro, reduzir os gastos do governo? E, enfim, a redução da carga tributária é uma demanda do setor produtivo? O setor produtivo, que já vinha investindo para aumentar os investimentos de forma acelerada, alega que só não aumenta mais por causa da carga tributária.

Presidente: De forma acelerada é o governo que está fazendo. Eu disse isso na primeira pergunta, nós precisamos gastar só aquilo que a gente pode gastar. Fazer contenção de despesa é quase uma perseguição cotidiana nossa. Agora, quando chega o reajuste de salário, você tem que escolher: ou você não dá um reajuste, e tem um monte de funcionários descontentes trabalhando, ou você dá um reajuste. Nós, no PAC, fizemos uma coisa



extremamente corajosa. Eu me reuni com os líderes de todos os partidos aqui, porque normalmente as pessoas acham que é pouco, e disse para eles o seguinte: procurem, no Brasil, se em algum momento da história do Brasil, ou no mundo, se alguém assumiu o compromisso de repor a inflação e dar 1,5% de aumento de salário.

Jornalista: É difícil passar.

Presidente: Por que eu prefiro assim? Se as pessoas entendem que é pouco e não passa, vai ter momentos em que os trabalhadores não receberam nem a inflação, como já aconteceu durante muito tempo. Na medida em que você anuncia ao País que vai ter um aumento, todo mundo vai saber o que vai acontecer no País, todo mundo vai ter o reajuste da inflação e que vai ter 1,5%, todo mundo começa a fazer a sua contabilidade a partir daí. Se você deixa incertezas, o que vai acontecer? Dependendo do governo e dependendo da greve, você dá 10; dependendo do momento, não dá nada. E aí você fica com um grupo de funcionários com os salários distorcidos, em funções distorcidas. Vocês viram o reajuste que nós demos agora para os DAS. Tem setores que há 12 anos não recebiam reajuste. Eu vou dar um exemplo para vocês. O pessoal que trabalha na Presidência da República, seja a camareira, o guarda, o homem que cuida da piscina, o ajudante de ordem, há 12 anos eles não tinham reajuste. A minha pergunta é o seguinte: é possível alguém viver 12 anos sem reajuste? Vocês suportariam ficar trabalhando 12 anos sem reajuste? Ninguém suporta. Então, você tem funcionários mal-humorados, funcionários que não se importam com as coisas, por quê? Porque não há o reconhecimento.

Então, eu quis, na verdade, dizer o seguinte com o PAC: este País vai dizer, de longo prazo, o que vai ser feito, como nós queremos fazer com o salário mínimo. Deixar claro que o salário mínimo vai ter uma política de longo



prazo e que não precisa, todo ano, ficar aquele clima nervoso, disputando quem é mais autêntico, disputando quem quer dar mais aumento, ou seja, que tem um rumo a ser seguido, e vamos seguir. Eu penso que é a única possibilidade da gente consolidar o País, enquanto país sério. É a gente determinar as regras, todo mundo saber o que vai acontecer e, a partir daí, todo mundo jogar aquele jogo.

Bem, eu acho que além da gente economizar dinheiro gastando menos, que é uma necessidade, por isso eu disse que o Paulo Bernardo recebeu uma determinação minha de contratar as consultorias que ele bem entender, para que a gente analise Ministério por Ministério. E pode começar pela Previdência, pode começar pelo Planejamento, porque nós queremos produzir, gastando o menos possível, mas nós precisamos ter também as pessoas que trabalham com motivação para trabalhar, senão ninguém agüenta trabalhar.

Por isso nós lançamos o PAC, que era para ter sido lançado em novembro, mas nós não quisemos lançar, porque era preciso estruturá-lo melhor. Eu não queria apenas fazer o anúncio, era preciso que a gente pensasse concretamente o seguinte: desde o governo Geisel que este País não tinha um investimento vigoroso como este que estamos fazendo. Primeiro, nós discutimos um mês e meio para saber onde estava o dinheiro, como é que a gente ia ter o dinheiro, porque só anunciar, e depois não ter o dinheiro, o povo já está cansado. Então, construímos primeiro a base dos recursos que nós precisaríamos, juntamos todos os investimentos de onde era possível e chegamos ao montante de 504 bilhões de reais em quatro anos, o que é pouco pelo tamanho do Brasil, mas é o máximo que já se fez em 30 anos neste País.

Bem, nós agora estamos numa fase muito importante do PAC. A parte mais difícil é a questão do saneamento básico, por quê? Porque, normalmente, como o governo não liberava dinheiro para o saneamento básico durante muitos anos, as prefeituras não faziam projetos. E sem projetos, não adianta você disponibilizar dinheiro, porque não tem nem licitação. Então, nós,



inclusive, estamos financiando projetos para algumas prefeituras para que a gente possa disponibilizar o dinheiro.

Na próxima semana eu começo a fazer os acordos com o governador do Rio de Janeiro, com o governador de São Paulo, com o governador de Minas. Depois eu vou para três estados do Nordeste. Nós chamamos os governadores, chamamos os prefeitos das cidades que vão ser beneficiadas, e determinamos que vamos atacar primeiro a região metropolitana.

No Rio de Janeiro vai ter um forte investimento, por exemplo, no Complexo do Alemão e Mangueiras. Saneamento básico, urbanização de favelas, como vamos recuperar muito a represa Billings, a Guarapiranga, que é uma área de manancial que está ocupada de forma desordenada. Então, nós estamos chamando os prefeitos e os governadores para assumir um termo de compromisso. Nós queremos o compromisso de que, quando a obra for começar, será feita a licitação e o Conselho Gestor vai ter que trabalhar junto com o Conselho Gestor que será montado no estado, para que a gente possa acompanhar de perto a execução dessas obras. E, da nossa parte, qual é o nosso desafio? Não permitir que falte dinheiro. Se nós fizermos isso, eu disse ontem para a ministra Dilma o seguinte: quando nós deixarmos o governo, nós estaremos deixando uma nova safra de gestores neste País, que poderão fazer com que o outro governo tenha muito mais facilidade de executar as coisas do que eu e do que outros presidentes que passaram pelo Brasil.

Jornalista: No caso de São Paulo e Minas, o senhor não anunciaria já, amanhã ou depois?

Presidente: Não, eu suspendi porque tem um pequeno ajuste de dinheiro que nós temos que fazer ainda, e hoje está sendo discutido com os três governadores. Do que nós precisamos convencer os governadores? De que os estados que têm maior capacidade de endividamento, que têm empresas



sadias, como é o caso da Sabesp, em São Paulo, em vez de você colocar mais dinheiro do Orçamento Geral da União, você financia mais e pega o dinheiro do Orçamento da União...

Jornalista: E a Caixa?

Presidente: Tem a Caixa, tem o BNDES. Você pega o dinheiro do Orçamento e distribui para os estados que têm menos capacidade de endividamento. Por exemplo, o Rio de Janeiro, a empresa de água e esgoto do Rio de Janeiro...

Jornalista: Cedae?

Presidente: Não tem nenhuma possibilidade de fazer um empréstimo. Então, nós estamos trabalhando para – e essa é uma função do ministro da Fazenda, junto com o governador Sérgio Cabral e com a direção da Cedae – tentar ver qual é a possibilidade que a gente tem de recuperar a Cedae, para que ela possa voltar, como outras empresas de Minas e de São Paulo, a ter capacidade de fazer financiamentos para tratamento de água e esgoto, que eu acho que é necessário para o Rio de Janeiro.

Jornalista: Presidente, o senhor falou que o governo já gastou 30 bilhões em desonerações setoriais.

Presidente: Não gastou, não.

Jornalista: Deixou de arrecadar. É uma CPMF, é quase o equivalente a reduzir 10 pontos percentuais da folha, para debitar em folha. Isso aqui tem como subproduto uma decisão do governo, de fazer política industrial em vez de



fazer uma coisa mais universal como, por exemplo, reduzir a CPMF ou desonerar a folha?

Presidente: Veja, nós não temos como abrir mão da CPMF agora. O que se pode fazer é que o Congresso Nacional tenha liberdade de pensar, a longo prazo, em acabar com a CPMF. O governo não tem condições, depois de desonerar 30 bilhões, de abrir mão de 35 bilhões, nem o nosso governo e nem outro governo. Qualquer um que se sentar naquela cadeira ali, não vai querer abrir mão da CPMF.

Obviamente que eu acho que quando nós fizermos a reforma tributária e ela entrar em vigor – e mesmo quando entrar em vigor ela terá um tempo de ajuste – a gente vai ter resolvido o problema da CPMF, a gente vai ter resolvido o problema de desoneração por setor econômico, por categorias econômicas.

Nesse momento, o que a gente está fazendo? Primeiro, eu sou defensor de que o Estado tem que ter política industrial, diferentemente do que se pensou durante muito tempo no Brasil. Sou defensor da idéia de que a gente precisa detectar quais os setores em que nós precisamos investir mais. Eu vou dar um exemplo para você: a indústria do aço. No Brasil, há 20 anos que a gente não inaugura um alto-forno no País, e ficamos só olhando a China crescer. Então, eu tenho chamado os empresários, tenho conversado com eles no sentido de que a gente volte a fazer siderúrgicas, porque não é possível um País importante como o Brasil, que tem a quantidade de minério que tem o Brasil... O Brasil não pode ser apenas exportador de minério. Segundo a Vale do Rio Doce, nós vendemos no mercado interno apenas 10% do nosso minério. Quando o Roger veio me anunciar o aumento do minério eu achei bom, porque aumentava a balança brasileira e não eram os empresários brasileiros que iam pagar, eram os chineses que iam pagar.

Então, eu acho que nós precisamos fazer mais siderúrgicas, e o governo tem que ter uma política especial para incentivar a área siderúrgica. Como eu



acho que o Brasil será imbatível na questão de papel e celulose, nós precisamos criar políticas específicas para esse setor. Nós queremos que dentro de 20 anos o setor de papel e celulose seja o mais importante do mundo. Nós já temos a melhor vantagem comparativa. Qual é? É que o eucalipto que você corta aqui, com sete anos, lá fora você precisa esperar 50 anos. Então nós temos essa vantagem comparativa.

Nós temos preocupação com o setor têxtil, não com as grandes empresas como a Coteminas, por exemplo, que é uma empresa altamente sofisticada, que compete com qualquer um, ou outras empresas modernas que nós temos. Mas o Brasil tem milhares e milhares de pequenas empresas que nós queremos que sobrevivam mas queremos que sobrevivam, não ajudando a financiar a improdutividade, nós temos que ter política de financiamento, política de capital de giro, combinada com a inovação tecnológica, para que essas pessoas percebam que precisam se modernizar, que precisam comprar máquinas novas, que precisam produzir mais.

Nosso setor de calçados é a mesma coisa, nós não podemos deixar que o setor se acabe porque é impossível competir com a China e com as regras estabelecidas para a China. Então, nós temos que investir em muita inovação tecnológica, criar condições de capital de giro, como fizemos no ano passado, 1 bilhão de reais, para que as pessoas possam, tendo o financiamento e tendo capital de giro, sobreviver, fazer inovação tecnológica e se tornar cada vez mais, competitivo no mercado internacional.

Jornalista: Mas o senhor acha que o Brasil pode produzir tudo, Presidente, nesse mundo globalizado, ou a gente vai ter que realmente sobreviver naquilo que a gente sabe fazer melhor e pode fazer melhor?

Presidente: Veja, nós temos que competir em tudo. Eu posso até perder a competitividade, mas eu tenho que disputar. No setor de calçados o Brasil



competem, no setor de móveis o Brasil compete, no setor têxtil o Brasil pode competir. Eu estou dizendo que tem empresas que já provaram que competem. Agora, para competir, nós precisamos ter regras claras, nós precisamos balancear. Por isso nós aumentamos a tarifa de importação para 35%, que é o máximo permitido pela OMC. Isso não resolve? Se não resolver nós vamos ter então...

(virada de fita)

Jornalista: ...o Brasil considerou a China uma economia de mercado e, naquele momento, houve uma promessa muito grande dos chineses de que iam fazer investimentos aqui, iam entrar ali e acolá, e eles, até agora, não fizeram nada. O senhor acha que houve, talvez, uma precipitação do governo brasileiro em considerar a China uma economia de mercado?

Presidente: Eu tomei uma decisão pessoal, eu ouvi muita gente que era contra, eu tomei uma decisão pessoal porque eu não posso ter um gigante como a China trabalhando pelas portas, pelas laterais. O jeito de a gente ter a China sendo uma economia de mercado mesmo é levá-la para dentro da OMC, para cumprir as mesmas regras que nós cumprimos. Deixá-la solta... Imagine a China e a Índia soltas no mundo, com 2 bilhões e 300 milhões de habitantes, ninguém segura. Então, a minha decisão foi a seguinte: não adianta eu ficar xingando os produtos chineses ou, às vezes, ficar reclamando da China. Eu tenho que trazer a China para a legalidade comercial do mundo. E onde é isso? É na OMC. Eu acho que foi uma medida certa. Depois, discutimos investimentos chineses no Brasil e discutimos muito as parcerias com a Petrobras, na construção da Ferrovia Norte-Sul e de outras ferrovias, desde que os chineses não vissem os seus investimentos aqui apenas como uma estrutura para tirar as matérias-primas que eles precisavam, ou seja, era



preciso produzir aqui dentro. E aí tem problemas porque os chineses... Eu tenho problemas com 44 milhões de pessoas pobres, imagine a China, com 1 bilhão. Tem problemas, mas nós temos recebido muitas visitas de investidores chineses aqui. Eles têm conversado muito com a Petrobras, têm conversado muito com a Vale do Rio Doce, e eu penso que a gente, em algum momento, vai firmar grandes projetos com a China.

Jornalista: Só um detalhe, Presidente. Na minha pergunta eu falei sobre a desoneração da folha, e eu queria saber se o senhor desistiu dessa medida.

Presidente: Não, é que tudo isso tem que ser negociado, tudo isso precisa ser negociado.

Jornalista: Vai para negociação?

Jornalista 2: Negociar a CPMF, vai ser nesse bolo?

Presidente: Não, eu acho que nós vamos ter que negociar na política tributária.

Jornalista: Mas aí vai adiando.

Presidente: Não, para mim não tem importância que as coisas demorem um ano a mais ou um ano a menos, o que importa é que elas saiam. Se elas saírem, para nós é importante. Por quê? Porque em um país com as necessidades que tem o Brasil, a gente não pode pensar em curto prazo. Nada pode ser feito em curto prazo, a não ser a fome do povo. O resto, tudo tem que ser planejado para que seja feito de forma mais sólida. E eu acho que o caminho está correto. Nós temos três anos e meio para consolidar. A única



coisa que eu peço todo santo dia a Deus é que o próximo presidente da República que vier pegue o País arrumado, ajeitado. Vocês que trabalham com economia sabem o seguinte... Eu me lembro da década de 70. Este País, ano após ano, discutia três coisas: inflação, inflação e inflação. Depois, acabamos de discutir inflação e aí começou a dívida externa e FMI, depois, voltou dívida externa, FMI e inflação. Hoje, nós não temos essa discussão. Um dia desses eu fiz uma reunião aqui com uns economistas que convidei, para sondá-los, e fiquei feliz da vida porque foi a primeira reunião de economistas que eu fiz com total convergência sobre a economia. Eu passei 30 anos me reunindo com 30 economistas, todos os meses, e era uma briga danada. Por quê? Porque as pessoas percebem que o Brasil está vivendo um bom momento, e esse bom momento permite que a gente faça as discussões sem precisar fazer guerra. Nós precisamos discutir, concretamente, a partir de agora, que nós já conquistamos esse espaço, quais serão os próximos passos.

Jornalista: Agora, o senhor que quer um crescimento sustentado importante, maior do que nós estamos tendo por muitos anos, o senhor acha que as condições objetivas de hoje são suficientes ou essas reformas todas sobre as quais nós conversamos, reforma do mercado de trabalho, da Previdência e Tributária são imprescindíveis para esse crescimento?

Presidente: Não são imprescindíveis, são importantes, mas não são imprescindíveis. Há uma margem, é só você ver a rentabilidade das empresas brasileiras que vai perceber que há uma margem de ganho extraordinário, que as empresas brasileiras de grande porte têm competitividade internacional e disputam. Qual é o nosso problema? Essa é uma coisa para a qual eu tenho chamado a atenção em vários debates. Quando nós tomamos a decisão de criar o G-20, eu vinha vindo de Davos, em janeiro de 2003, e comentava com o Celso Amorim que a gente precisava mudar a lógica comercial do mundo. Qual



era a lógica? A lógica comercial do mundo era todos os países pobres e emergentes de olho gordo na economia americana e na economia européia. E a gente não maturou um potencial de troca entre nós. Nós temos um potencial e especulávamos sobre ele, não trabalhávamos sobre ele. Então, para que a gente ficar brigando com os países ricos, porque todo mundo quer vender para eles e eles querem vender para todo mundo e, normalmente, eles levam uma certa vantagem porque têm maior estrutura tecnológica, têm mais pesquisa. Nós vamos é saber, entre nós, o que nós podemos fazer. Vamos ver o seguinte: nós já esgotamos o nosso potencial no Mercosul, já esgotamos o nosso potencial na América do Sul, na África, no Oriente Médio, na China, na Índia? Não. Nós fomos, agora, à China para assumir o compromisso de, até 2010, chegarmos a 10 bilhões de balança comercial.

Jornalista: Com a Índia.

Presidente: Com a Índia. Nós colocamos uma meta para que a gente possa perseguir. O Franklin estava comigo lá, eu estava negociando com a empresa de avião a venda de 2 bilhões da Embraer e não tinha um dirigente da Embraer lá. Qual é a minha tese? É de que, se a gente quiser vender mais, precisamos viajar mais. Os empresários brasileiros precisam entrar em aviões e sair pelo mundo vendendo os seus produtos, fazendo propaganda. O continente africano, daqui a 30 anos, deverá estar com 1 bilhão e 300 milhões de habitantes. Se 30% desses forem consumidores médios, imagine o potencial que o Brasil tem de adentrar nesse mercado. Então, nós precisamos começar a viajar agora, a plantar raízes agora. Isso explica um pouco o sucesso da balança comercial. É só você analisar as minhas viagens e você vai perceber o que foi acontecendo com o crescimento econômico, porque em todas elas nós levamos empresários. Antes vão os empresários, antes vão vários ministros, para ir implantando as coisas. Qual é o potencial que a Índia tem para comprar



de nós e qual é o potencial que a gente tem de comprar da Índia? Na questão da indústria farmacêutica, por exemplo, a Índia tem um potencial extraordinário, então, nós precisamos cativar.

Quando eu dizia que queria o ministro de Indústria e Comércio como um mascate, é porque vender significa cativar, conquistar pessoas. Muitas vezes as pessoas têm três produtos iguais, três gravadores destes, não, cinco gravadores destes aqui, iguais, são sete gravadores iguais. Então, eu tenho sete ofertas, de quem eu vou comprar?

Jornalista: De quem oferecer as melhores condições.

Presidente: De quem oferecer as melhores condições, de quem eu tiver uma relação estratégica e entender que é importante fazer negócio com aquele país, porque ele também vai me comprar alguma coisa. E isso significa conversas, viagens, coisas que a gente não estava habituado a fazer.

Jornalista: Mas tem coisas em que não adianta só conversa, não é Presidente?

Presidente: Obviamente que não é só conversa. Se o seu produto não for de qualidade, se ele for mais caro, você não vai vender.

Jornalista: Por exemplo: nós tínhamos toda uma idéia de continente integrado aqui na América Latina, integrada com obras de infra-estrutura, correto? Energia era uma coisa básica nessa estratégia. Hoje o que a gente está vendo? A Argentina com problemas de abastecimento de energia, pode entrar em situação de baixo crescimento porque não tem energia. O Chile com problema com o gás da Bolívia também. E nós correndo atrás de gás no mundo, porque nós não temos mais certeza desse abastecimento. Essa



estratégia que existia, de integrar pela infra-estrutura com a Bolívia e a Venezuela, ela desapareceu?

Presidente: Não, pelo contrário, vai exigir apenas uma conversa a mais, uma reunião a mais. Eu continuo com a minha cabeça voltada para a integração da América do Sul. Eu vou te dar um exemplo. O potencial de construção de hidrelétricas na América do Sul equivale a 564 mil megawatts, se você transformar isso em barris de petróleo, equivale a 1 trilhão, aproximadamente, a 1 trilhão e 400 bilhões de barris de petróleo, com a vantagem de ser uma energia limpa, renovável, e nós temos esse potencial. O que você precisa lembrar é que há 10 anos, 20 anos, os países da América do Sul não conversavam entre si. A Bolívia tinha o País como o imperialista do Continente. Todo mundo que é o maior paga o preço da responsabilidade, todo mundo exige mais de você. Então, é construir uma relação de confiança entre os Estados e entre pessoas e estabelecer políticas que possam mostrar que o Brasil, por ser a maior economia, depois a Argentina, tem que ser mais generoso com os outros. E é por isso que o BNDES está financiando obras, nós estamos financiando muitas obras no exterior. E estamos financiando por quê? Porque no fundo, no fundo, é exportação de serviços, é exportação da nossa engenharia, exportação do nosso conhecimento, o que é extraordinário para o Brasil.

Ontem eu conversei com, eu espero, o futuro presidente do Banco Mundial. Esses dias eu encontrei o Rato, no G-8. Eu disse para o Rato: olha, o FMI acabou com a função que ele tinha há 10 anos, agora o FMI tem que pensar em como financiar a produção, como financiar o desenvolvimento, como financiar projetos de integração. Então, eu continuo com essa fixação.

Jornalista: Mas o gás não é o elemento (inaudível)



Presidente: Deixe eu lhe falar uma coisa. O gás, ele é um elemento decisivo para países que não têm possibilidade de outra matriz energética. Ele é imprescindível quando o preço do gás é mais barato do que outro tipo de energia. Mas ele deixa de ser imprescindível quando o preço se torna caro. Aí ele não interessa mais ao empresário e não interessa a países que têm outras matrizes energéticas. O que eu tenho dito, e falei isso numa reunião do Conselho Nacional de Política Energética, há um ano, quando a Bolívia começou a discutir a nacionalização do seu gás. O que eu quero dizer é o seguinte: um país do tamanho do Brasil, que quer crescer de forma sustentável durante muitos anos, que quer conquistar espaço na economia mundial como país rico, nós não podemos ficar dependentes de uma única fonte fornecedora de energia para nós. Nós já temos a vantagem de ter um potencial hídrico extraordinário, temos a vantagem de ter auto-suficiência no petróleo, temos a vantagem – e agora cada vez mais vantagem – de ter o etanol produzido mais barato do mundo, e temos a vantagem, agora, do biodiesel. Não há nenhum problema com o fornecimento, no contrato que nós temos com a Bolívia, dos 30 milhões de BTU. Mas eu quero me certificar de que, primeiro, a Petrobras, com o Plangás está investindo muito na prospecção para ver se encontra gás, e nós estamos procurando outros parceiros para que a gente tenha opções e não fiquemos no sufoco. O Brasil não pode ficar no sufoco, dependendo de ninguém. É assim que nós trabalhamos e é assim que nós vamos trabalhar, e vamos continuar comprando gás da Bolívia. Por isso é que eu disse ao meu amigo Evo Morales: é importante que a gente tenha claro que isso aqui não é uma relação entre o Evo e o Lula. Nós somos amigos, mas isso aqui é uma relação entre o Estado brasileiro e o Estado boliviano e, quanto mais seriedade nós dermos aos contratos, mais credibilidade nós vamos conquistar lá fora, para outras pessoas virem investir.

Com a Venezuela é a mesma coisa. Nós estamos em parceria na construção da PDVSA. A PDVSA vai ter 40% na refinaria e nós vamos ter 60%



e, no nosso projeto na Venezuela, eles vão ter 60% e nós vamos ter 40%. Estamos trabalhando, em nível de engenharia, a questão do gasoduto. Estamos trabalhando e vamos trabalhar. De vez em quando eu acho que nós cometemos um equívoco, porque nós somos exigentes conosco mesmos. Deixe-me contar uma coisa para você. De vez em quando nós somos tão exigentes conosco mesmos, que nós nos cobramos demais. Se a gente olhar a construção da União Européia e a quantidade de problemas que tem, é só ver o plebiscito na França, é só ver que a Inglaterra até hoje não adotou a moeda. Eles têm divergências. Tem outros que querem sair.

Jornalista: Tem quem quer entrar e eles não querem deixar...

Presidente: Tem os que querem entrar. Aqui, na América Latina, nós estamos começando um processo. É importante lembrar que, não faz muito tempo, a Argentina imaginava que Itaipu poderia ser uma arma contra a Argentina quando, na verdade, era só para produzir energia. Se tinha militares que pensavam assim, hoje no Brasil ninguém pensa assim, na Argentina ninguém pensa assim. Então, a minha boa provocação é a seguinte: nós só vamos integrar a América do Sul quando nós formos provocados a saber o que estamos perdendo continuando separados.

Jornalista: Presidente, o jornal de economia e política sempre fica com o resto do tempo. Eu tinha três perguntinhas, mas não sei se eu posso fazer todas de uma vez.

Presidente: Já vi que não são perguntinhas.

Jornalista: A primeira questão é a seguinte: é evidente que tem uma crise no sistema político brasileiro. Prova disso é que o Congresso está quebrando



cabeça para fazer uma reforma política. E nessa prática de quatro anos e meio, em que medida o senhor sentiu que esse sistema político afeta a administração, afeta a execução do programa de governo e, por isso, acho que ele precisa ser mudado de maneira que o Legislativo não venha a dificultar o trabalho do Executivo.

Presidente: Eu acho que não é por isso que precisa ter uma reforma política. Precisa ter uma reforma política para o bem da sociedade brasileira, para o bem dos partidos políticos e para o bem do próprio Congresso Nacional. O Congresso tem colaborado com o governo. Eu vou lhe dar um exemplo: as medidas do PAC, que nós mandamos, foram votadas em tempo recorde.

Jornalista: Tirando a de despesa.

Jornalista 2: Mas o senhor precisou montar uma coalizão de 11 partidos.

Presidente: Veja, eu prefiro conversar com 11 partidos num sistema democrático funcionando, do que no tempo em que a gente só tinha um partido para conversar e não conversava. Eu sei que a democracia é mais cansativa porque exige mais esforço. Quando você não tem democracia, o presidente pode ir para casa todos os dias às 5 horas da tarde. Com democracia, a gente sai daqui às 11 horas ou meia-noite. Esse é o preço, mas é um preço gostoso. Por quê? Porque a sociedade brasileira, com tudo o que está acontecendo, está provando que é maior.

As instituições, com debilidades ou não, estão mostrando que existem e que cumprem a sua função. O problema é que muitas vezes as pessoas não se dão conta de que quanto mais fortes forem os partidos políticos e quanto mais arejado for o sistema de votação, de funcionamento dos partidos, mais forte ficará a democracia brasileira. Então, eu quero reforma política, e acho que ela



tem que ser feita pelo Congresso Nacional, ela não sairá nem do Poder Executivo e nem da universidade, ela vai sair do Congresso Nacional.

Jornalista: Ela vai sair, Presidente?

Presidente: Ela vai sair e vai sair dos partidos políticos. O que é importante é que a gente não pense em reforma política apenas em época de crise. O que é importante é que a gente tenha na reforma política uma profissão de fé, de que ela será benéfica para todo mundo. Será benéfica, sobretudo, para a sociedade brasileira, para as pessoas conhecerem melhor o perfil ideológico de cada partido político, para que você possa votar em lista mas, ao mesmo tempo, possa votar em pessoas individualmente, e tenha o financiamento público de campanha. É uma ilusão quando alguém pensa que o financiamento público vai onerar os cofres públicos, vai baratear os cofres públicos...

Jornalista: Por quê?

Presidente: Porque você determina a regra do jogo, a quantia em dinheiro para cada partido político disputar as eleições. Você pode ficar certo de que na disputa interna cada um vai controlar, porque cada um vai querer a sua parte, não vai querer que um tenha tudo e o outro não tenha nada. Eu acho que será uma coisa moralizadora para este País.

Jornalista: Eu entendi que o senhor falou que não vai onerar os cofres públicos, vai diminuir?

Presidente: Obviamente, porque vai ficar muito mais visível para a sociedade. Hoje, o controle de uma campanha é muito complicado. Eu me lembro que quando nós começamos o PT, em 1980, para um cidadão fazer uma camiseta



do PT, o nome maior que ele colocava na camiseta dele era o do governador, depois ele colocava o do senador, e depois ele colocava o dele. Se ele fazia uma festa para arrecadar dinheiro, 30% eram do partido. Hoje não é mais assim, cada um faz a sua campanha. Quem pode, pode, quem não pode, fica de fora do processo. Eu acho que a chance de permitir que pessoas mais pobres da sociedade, que pessoas ligadas ao movimento social, possam concorrer a uma eleição, é você ter a responsabilidade de que esse cidadão tem o mesmo direito do presidente do partido, porque senão apenas, a nomenclatura vai ocupar os primeiros nomes da fila e o povo vai ficar atrás.

Se você puder votar na lista, mas puder votar também individualmente numa pessoa, resolve o problema de quem tem maior representatividade, de quem tem mais liderança. Agora, a minha tese é de que o Congresso precisa compreender a necessidade de fazer a reforma política para o bem do Congresso. Eu sou daqueles que diz o seguinte: muitas vezes a gente reclama do Congresso, a gente fala, fala, mas eu peço a Deus que ele continue funcionando 24 horas por dia porque o Brasil, sem ele, é menos democrático.

Jornalista: Na área social, o MST ampliou sua plataforma. Diz que agora não basta reforma agrária, que vai tratar também da questão política e econômica, que a política econômica favorece o agronegócio, o discurso que o senhor conhece. Eu particularmente acho que o que ocorreu é que o senhor deu um “nó táctico” no MST, o governo deu um “nó táctico” no MST, porque ele ainda não conseguiu lidar com algumas políticas do governo como o Pronaf, Bolsa Família...

Presidente: Esse não é o problema dos Sem-Terra. Esse é o problema de todo movimento social, quando você tem um governo que atende as reivindicações... Eu vou contar uma história de 15 anos atrás. Quando foi implantado o real, eu já não era mais dirigente sindical, era presidente do PT.



Eu sempre tive uma relação extraordinária com os dirigentes sindicais, então, em vários debates de que eu participava, eu dizia para os trabalhadores: vocês precisam adentrar no mundo da política e diminuir o mundo econômico porque, sem inflação, a bandeira diminui muito.

Qual era o discurso que tinha o dirigente sindical na porta da fábrica? Veja, Deus queira que ele sempre tenha uma bandeira, porque o movimento sem bandeira fica pior, então, é preciso que ele tenha bandeira. O que aconteceu, na verdade? Sem inflação, veja um negócio: quando a gente ia para a porta da fábrica reivindicar 80%, 90%, 120%, quando a gente conseguia 60% já era uma vitória, você conseguia a metade. Hoje, se a inflação está em 3% e você tem 4% de reajuste, você teve 1% de aumento real, o que é uma conquista extraordinária em qualquer país do mundo. Então, isso diminui e o movimento sindical precisa ser mais criativo. É por isso que o movimento sindical está vindo mais ao Congresso discutir orçamento. Ele tem que fazer pauta de reivindicação para o presidente da República, para o Congresso Nacional, para os governadores, para os prefeitos. Quando um dirigente sindical conquista um aumento de salário, ele vai se preocupar com o preço do ônibus porque, senão, o preço do ônibus vai comer o salário que ele conquistou. Então, tem que abrir a cabeça dos dirigentes sindicais.

Hoje, os dirigentes sindicais são muito mais preparados do que no meu tempo, eu tiro pelos metalúrgicos que eu conheço melhor. Aquela meninada toda tem um curso universitário, aquela meninada estuda inovação tecnológica, reestruturação produtiva como ninguém. Você vai conversar com um diretor lá de São Bernardo do Campo e ele conhece tanto quanto o maior engenheiro a quem você paga uma grana para vir fazer um debate aqui.

Jornalista: Essa elite sindical que a gente vê hoje não virou uma nomenclatura sindical?



Presidente: Não.

Jornalista: O senhor consegue se ver... eu o conheci 77, no estádio de São Bernardo, com posições políticas muito claras, ideológicas, e com bandeiras muito claras. Sem nenhum preconceito, não é a questão dos ternos sofisticadíssimos, os carrões com motorista, o vinho e tudo mais, não é isso que a gente está vendo nessa elite. Essa elite sindical, hoje, não está atrapalhando avanços na reforma trabalhista, ela não virou muito pelega, defendendo os seus próprios interesses?

Presidente: Eu, como Presidente, não posso falar o que eu falava como dirigente sindical. Mas eu vou dizer uma coisa: no meu sindicato eu institui, em 78, que ninguém poderia ter mais que dois mandatos. Você vai perceber que lá em São Bernardo do Campo, para alguém ser diretor do sindicato, ele não será diretor se não for eleito na sua seção da fábrica. Ele pode estar há cinco anos fora, mas se quiser ser eleito diretor do sindicato, tem que ser votado na seção dele. Se não for votado na seção dele, acabou a sua carreira sindical. É por isso que lá há uma permanente visita à fábrica porque senão o cara não se elege. Eu gostaria que fosse assim em todo o movimento sindical. Eu convoquei uma assembléia e decidi que não tem mais que dois mandatos. É um para aprender, um para executar, e outro para cair fora e cuidar da vida. Não é assim que todo mundo pensa.

Nós, dirigentes sindicais – agora eu estou dizendo “nós, dirigentes sindicais” porque eu fui um durante muito tempo – nós representamos a parte organizada da sociedade. Eu acho que a nossa cabeça precisa se abrir para representar os inorganizados também, porque ou já foram trabalhadores ou serão futuros trabalhadores. Eles precisam estar sempre vendo no sindicato uma coisa familiar, uma coisa de amparo a eles, uma coisa de proteção a eles. Eu penso que há uma evolução, eu que converso hoje com os dirigentes



sindicais, há uma evolução do meu tempo. Às vezes, eu fico triste porque tem dirigente sindical que já estava quando eu entrei, e eu já saí, já virei presidente da República, já perdi três eleições, e ele continua lá. Quer dizer, eu acho que é um problema da categoria que vai ter que mudar, é um avanço da categoria. Eu posso te dizer que lá em São Bernardo isso não acontece, porque a categoria está politizada para não permitir que isso aconteça.

Jornalista: Presidente, nós estamos conversando há mais ou menos uma hora, e não falamos em taxa de câmbio. O senhor não usou nenhuma vez a palavra câmbio, embora a gente tenha passado por ela quando falamos de desoneração.

Presidente: Eu aprendi com o Franklin a falar só o que vocês perguntarem.

Jornalista: Parece que o senhor está menos preocupado com o câmbio do que o ministro Guido Mantega, por que o senhor transferiu o problema para ele, é o seguinte: é um novo momento, não adianta mais querer resolver competitividade com taxa de câmbio. É isso?

Presidente: Deixe-me contar uma história, uma coisa que eu acho importante. Primeiro, é muito difícil você decretar e determinar se o câmbio bom é esse. Ora, para quem exporta, o câmbio bom, se fosse quatro, seria ótimo. Para quem importa, se fosse um, seria ótimo. Para quem deve, se fosse um, seria ótimo. O dado concreto é que nós vamos manter o câmbio flutuante. E ele flutua, vai para baixo e vai para cima. Obviamente que nós precisamos estar preocupados com o câmbio e não vamos fazer nenhuma loucura, vamos tentar fazer os acertos necessários, que forem possíveis fazer, para que a gente mantenha o câmbio nesse nível ou um pouquinho a mais. Por isso nós compramos muitos dólares, vocês sabem que as nossas reservas, hoje...



Jornalista: Dizem que agora vai para 200 bi, a política do Banco Central é de 200 bi? Está em quanto, Presidente, o senhor sabe?

Presidente: Centro e quarenta bi, um pouco mais que 140 bilhões.

Jornalista: Se brincar, até o fim do ano chega a 200 bilhões.

Presidente: Você sabe que eu fico orgulhoso. Em 2004, eu estava na Índia quando a Índia atingiu 100 bilhões de dólares de reservas. Eu sai da Índia com inveja. Eu discutia com o Palocci: “puxa vida, o dia em que o Brasil tiver 100 bilhões de dólares de reservas a gente vai estar bem pomposo mesmo”. Nós já estamos com 140 e vamos chegar a 200.

Jornalista: E nem trisca o câmbio?

Presidente: De vez em quando eu chamo a atenção dos economistas para eles não fazerem avaliação equivocada, não existe uma única razão. Eu dizia para os ministros, esses dias: o dia em que o presidente do Banco Central americano ameaçou aumentar em “zero não sei quanto” os juros, o câmbio aqui no Brasil subiu. Por quê? Porque hoje, na verdade, o real está se valorizando, mas o problema é que o dólar está se desvalorizando demais em relação a todas as moedas. E se o nosso querido governo americano não cuidar do déficit público deles, nós vamos ter esse problema”. Nós vamos tratar de tomar medidas necessárias para ir, de um lado, ajustando setores que são mais prejudicados, e vamos tomar as medidas. Vamos continuar, e eu acho que essa é uma boa política do Banco Central, comprando dólares. Vamos aumentar as nossas importações, sobretudo, motivar as importações de máquinas e equipamentos, porque isso significa modernização das nossas



indústrias. E vamos trabalhar. Não tem milagre. De vez em quando eu pergunto para alguém: o que vocês querem, que eu faça reduzir?

Jornalista: Trinta por cento?

Presidente: Que eu determine quanto vai ser? Não, não vou determinar, é o mercado que vai ajustar. Em algum momento ele vai se ajustar e vai ficar, é assim que nós precisamos conviver. Então, eu estou muito à vontade porque eu recebo gente que exporta, que vem reclamar do câmbio. Aí, sai da sala o que exporta e entra o que importa, que está feliz com o câmbio. Aí, entra aquele que está devendo em dólar, que está feliz com o dólar. Então, qual é o papel nosso? É não inventar mágica. Se a gente ficar lendo todos os dias um artigo, ouvindo todo dia uma sugestão, e se a gente for administrar como se fosse aquele negócio magnético de uma bússola, aí você não administra, você fica inventando, e eu não quero inventar. As pessoas têm que saber que o câmbio é fixo, as pessoas têm que saber que nós estamos preocupados...

Jornalista: É flutuante.

Presidente: O câmbio é flutuante. As pessoas têm que saber que nós queremos que a moeda não se valorize muito para não prejudicar as nossas exportações. Vamos tentar fazer os ajustes no setor, mas não vamos fazer nenhuma mágica. É importante que as pessoas durmam e acordem sabendo que não terá mágica.

Jornalista: Presidente, para encerrar, o senhor sabe que a Polícia Federal tem feito um trabalho até educativo a título de operação de combate à corrupção. Tem toda a questão legal, mas têm ocorrido as críticas...



Presidente: Não por mim. Eu não tenho questionado a Polícia Federal. Eu acho que a Polícia Federal é extremamente eficaz e necessária ao País, como eu acho que o Ministério Público é um instrumento de que as pessoas se queixam, mas é importante para o País ter uma instituição como o Ministério Público. O que eu tenho dito para as pessoas? Todas as vezes que uma instituição ou uma pessoa é guindada a um posto de muito poder, aumenta a sua responsabilidade. Então, quanto mais poder eu tiver, mais seriedade eu tenho que ter, porque eu não posso confundir investigação com devassa, em que antes de se terminar a apuração e formular um processo, a pessoa já foi execrada nos meios de comunicação. E por que foi execrada nos meios de comunicação? Porque alguém contou, porque alguém passou, porque alguém vendeu a idéia. Então, a única coisa que eu exijo é seriedade. Seriedade por quê? Porque é importante para um país como o Brasil ter instrumentos de combate à corrupção, de combate ao crime organizado como a Polícia Federal. Por isso é que nós investimos muito em tecnologia. A polícia, hoje, é muito sofisticada. Por que antigamente era mais difícil? Porque não tinha os meios que tem hoje, também. Não é só ter vontade política ou você tem que ter os meios. Tem um tal de guardião que investiga, acho, 500 telefones por mês.

Jornalista: O senhor acha que faltou seriedade no caso do Vavá, seu irmão?

Presidente: Eu não discuto o caso do meu irmão, até porque, como presidente da República, eu trato o meu irmão como trato os 190 milhões de habitantes. É uma cultura que eu tenho. O meu irmão Frei Chico era do Partido Comunista Brasileiro e eu estava fundando o PT, então, a gente divergia muito. Eu dizia: Frei Chico, você adentrou na minha casa, você é o meu irmão, não é o político. Saiu, você faça o que quiser. Então, eu não vejo nenhum problema com o meu irmão ou com outra pessoa qualquer, eu vejo com todos. Eu acho que o tratamento a ser dado a todos tem que ser o tratamento da seriedade. Se tiver



erro, tem que ser investigado, se tiver que punir, que puna. Agora, o que acontece? Tem muitos casos em que a gente vê as pessoas serem devassadas e depois não acontece nada, porque não se tem provas. Qual é o problema? Tem um problema que é o seguinte: a polícia investiga, o Ministério Público denuncia, a Justiça julga e nós governamos. Se cada um cumprir com a sua parte... Qual é o problema que nós temos hoje? É que dependendo da quantidade de vezes que a cara do cidadão apareceu na televisão ou nos jornais, mesmo que ele seja inocente, as pessoas querem que ele seja condenado, porque ele foi condenado *a priori*. Por isso eu acho que a seriedade, tanto no trato da investigação quanto no trato da informação, é uma garantia republicana de que nós não podemos abrir mão, porque foi o meu irmão ontem, mas pode ser um de vocês amanhã, e eu quero que seja o mesmo tratamento, investigação com seriedade, mas com comportamento republicano.

A vida particular das pessoas é inviolável, isso está na Constituição, é preciso tomar cuidado. É apenas isso, eu falo isso para qualquer pessoa que tenha poder. Qualquer pessoa que tenha poder tem que ter mais responsabilidade. Eu me lembro que quando fui eleito diretor de fábrica no meu sindicato, em 1969, eu cheguei na Villares, achei que podia tudo e resolvi bagunçar um pouco o espírito do pessoal na hora do almoço, fazer corpo mole, não começar a trabalhar logo, fazer reunião na hora em que era para estar trabalhando, eu tomei uma suspensão de três dias. Aí, um companheiro meu, chamado Altair, falou para mim o seguinte: “Lula, se você quiser ser respeitado por nós e ser um bom dirigente sindical, você tem que ser exemplo, você tem que ser o melhor trabalhador desta fábrica. Se você agir de forma irresponsável, você continua sendo dirigente, mas não vai ter a nossa respeitabilidade”. Isso eu aprendi na minha cultura de dirigente sindical, em 1969, foi o primeiro erro que eu cometi e a primeira prensa educativa que eu tive. Então, eu digo isso para todo mundo. Você tem poder? Tem. Então, tenha



responsabilidade, porque o poder de forma irresponsável é um desastre para as pessoas e para a instituição.

Jornalista: Só um pouco uma questão, que é o seguinte: o senhor falou sobre inflação. Eu lhe perguntaria se a sua opção significa então que vamos inflacionar ao manter 4,5% (inaudível)?

Presidente: Não. Manter em 4,5%, 4% por 10 anos será uma bênção de Deus para este País. Obviamente que você pode ter 4% como meta, 4,5%, e você reduzi-la a 2%.

Jornalista: Só para ter um exemplo. O senhor falou o seguinte: que está muito satisfeito com uma inflação em 3,5%, 4%, que é o que está agora, mas a meta de 2008 é 4,5% e o que vai ser decidido agora é a meta de 2009.

Presidente: Você quer que eu diga as metas? Eu não posso.

Jornalista: Obrigada.